
INTELECTUALIDADE NEGRA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Otair Fernandes de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

O racismo está disseminado por todo o sistema-mundo. Nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais

(Wallerstein)

A questão que motiva e dá sentido à proposição deste capítulo consiste em indagar sobre a possibilidade da construção de produção do conhecimento contra-hegemônico na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais no campo educacional brasileiro. Tamanha ousadia não será possível responder nas páginas que se seguem, mas pelo menos pretende-se estimular futuras reflexões. Por ora, temos como objetivo iniciar essa discussão apresentando algumas questões sobre a produção de conhecimento com base na emergência de uma geração de pesquisadores negros(as) nas universidades brasileiras que articulam a militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial fundamentada em sua própria vivência racial, inserindo-se politicamente na luta antirracistas e desafiando a universidade e os órgãos do Estado a implementarem políticas afirmativas, notadamente no campo da educação.

A presença de um grupo de pesquisadores(as) e negro(as) no meio acadêmico brasileiro é um fenômeno recente e tem sido objeto de algumas reflexões ainda incipientes sobre o assunto. Historicamente, os(as) negros(as) sempre estiveram excluídos da educação brasileira em geral, principalmente na educação superior, pois havia fortes barreiras raciais que impediam que negros(as) almejassem a carreira acadêmica até os anos 70 do século XX (Carvalho, 2005-2006). A partir dos anos oitenta com a democratização do país e o revigoramento do movimento social negro brasileiro a entrada de negro(as) nas universidades como parte da luta pela superação do racismo, em prol do direito à educação e do conhecimento passou a ser reivindicada. Nos anos de 1990 a presença, ainda tímida, de pesquisadores negros(as) nas

¹ Doutor em ciências sociais - Professor Adjunto da UFRRJ – PPGAPACS/UFRRJ – Coordenador do Leafro - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros.

universidades, sobretudo, nas públicas, já se fazia sentir nos círculos intelectuais brasileiros.

Podemos falar em intelectualidade negra no campo da educação brasileira quando vislumbramos e visualizamos o conjunto de pensamento social antirracista mediante a produção de conhecimentos sistematizados que traduzem não apenas reflexões, mas formas de atuação capazes de reverter a situação do afrodescendentes no interior da sociedade brasileira marcado por uma lógica perversa de um sistema social estratificado e estruturalmente racializado. Para tanto, a formação de uma elite intelectual tem sido entendida como *conditio si ne qua non* para o aumento da produção científica nas várias áreas do conhecimento humano. A inserção de negros(as) no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento faz parte da história das lutas sociais do movimento social negro na luta pela superação do racismo, em prol do direito à educação e ao conhecimento.

A INTELLECTUALIDADE NEGRA E O MEIO ACADÊMICO

A quase inexistência de negros(as) no meio acadêmico, em particular na condição de pesquisadores, confirma a lógica perversa da exclusão social do sistema educacional brasileiro denunciada pelos movimentos e organizações negras por todo país nesses 116 anos pós-abolição. Não é por acaso que estudos acadêmicos que investigavam as relações raciais no Brasil consistiam em análises mais amplas sobre a situação do negro no país e não privilegiavam o recorte e o enfoque educacional. A partir da década de 1970 surgem as condições para se exigir urgência nas modificações no setor educacional do país por militantes e pesquisadores negros, com a intensificação e maior frequência de pesquisas que denunciavam as desigualdades sociorraciais e as discriminações a que os afrodescendentes estão submetidos, enfatizando os prejuízos de que são vítimas dentro do sistema educacional brasileiro (Pinto, 1987).

Carvalho (2006) em levantamento informal sobre docentes negros(as) nas universidades consideradas referências nacional, constata que os(as) negros(as) não ultrapassavam a 1% dos docentes em nenhuma delas. A própria inexistência de um censo racial oficial é um forte indício da resistência da comunidade acadêmica de enfrentar-se com sua condição racial privilegiada, segundo este autor, pois

a condição de exclusão racial extrema na docência superior deve ser tomada em conta na hora de refletirmos sobre os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil. Paradoxalmente, foi

justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil. (CARVALHO, 2006, p.91)

Esse panorama começa sofrer alterações no contexto do ressurgimento ou revigoração do movimento social negro e do processo de democratização do país, com o surgimento de condições sociais que favoreceram o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros que concluíram a pós-graduação nos anos 1980 e se inseriram na universidade, sobretudo a pública, como pesquisadores, nos anos posteriores. A partir da década de 1990, ainda que mínima, a presença de negros(as) pesquisadores(as) especificamente no campo do conhecimento acadêmico passa a ser sentida nos círculos intelectuais brasileiros.

Definidos por Santos (2008) como intelectuais negros, esse novo grupo de professores se caracteriza por carregar uma ética da convicção do anti-racismo adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros e um ethos acadêmico-científico ativo, posicionando em prol da igualdade racial e políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele. Analisando empiricamente o perfil e a trajetória de alguns desses professores universitários², este autor distingue esses intelectuais daqueles existentes no meio acadêmico brasileiro, afirmando:

negros(as) intelectuais são em realidade os(as) intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes(as) intelectuais um **ethos acadêmico ativo** que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). (SANTOS, 2008, p. 11)

Por esta definição, a interação entre uma ética da convicção anti-racista e um ethos acadêmico é a marca desse novo tipo de intelectual, sendo que a primeira é adquirida diretamente na militância orgânica em alguma entidade negra ou, indiretamente, por meio de contatos e diálogos com ativistas dos movimentos sociais negros. Essa interatividade construída nesses dois espaços orienta a conduta desses intelectuais que intervêm na produção do conhecimento científico, em particular no campo das relações raciais. Mediante sua produção, os(as) intelectuais negros(as)

² Foram 15 professores universitários ex-dirigentes da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), congresso de pesquisadores negros brasileiros (copene), em setembro de 2006, na Bahia.

questionam, revisam ou desconstruem conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos, segundo Santos (*idem*, p. 12).

Um dos aspectos positivos desta inserção dos(as) negros(as) no meio acadêmico enquanto docentes é o fato de atuarem como sujeitos de seu próprio conhecimento científico e ocupar lugar de destaque no cenário acadêmico local e nacional, nas associações de pesquisa, na formação de professores e em órgão de gestão governamental (nacional, estaduais e municipais), o que tem proporcionado a produção de um tipo de conhecimento diferente do então produzido nas universidades brasileiras. Sobre esta questão Gomes (2010) afirma que esse novo perfil de intelectuais negros(as) realizam trabalhos de pesquisas que apontam para “uma possível inflexão para melhor compreender as relações raciais no contexto das desigualdades sociorraciais e maior seriedade desta temática nas pesquisas acadêmicas e oficiais”. Se por um lado, a inserção dos diferentes grupos étnico-raciais nas universidades brasileiras resulta da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário e os seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, outros), por outro esta inserção tem significado uma mudança do olhar da ciência sobre a realidade brasileira, segundo esta autora.

Ao realizarem pesquisas com a temática étnico-racial, este grupo de intelectuais negros(as), acima de tudo, assume a questão racial como uma questão social, política demandada na luta anti-racista na universidade. Com isso, (a) desencadeiam outro tipo de produção do conhecimento, (b) desenvolvem pesquisas que privilegiam a parceria com os movimentos sociais, (c) extrapolam a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos e (d) produzem conhecimento articulado com às vivências desses sujeitos nos (e com) os movimentos sociais (*idem*, p. 492-4).

Enquanto sujeitos coletivos se organizam e criam associações científicas como os vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABs) existentes desde meados dos anos 90 do século passado nas universidades brasileiras e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) existente a partir do ano 2000, buscando mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. Portanto, articulam a militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial a partir da sua própria vivência racial, conforme definição acima sugerida por Santos.

Além disso, Gomes acrescenta que esses intelectuais produzem um tipo de conhecimento científico que se pauta em análise e leitura crítica de alguém que vivencia na sua trajetória pessoal e coletiva o peso de uma sociedade racializada, inclusive nos meios acadêmicos, gerando tensões que:

- (a) enriquecem e problematizam as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil;
- (b) ameaçam territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas;
- (c) trazem elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico.

Esse novo perfil de conhecimento questiona e indaga a ciência por dentro, problematizando conceitos, esvaziando a riqueza e a problemática racial ou transformando raça em mera categoria analítica retirando-lhe o seu caráter de construção social, cultural e política, colocando os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra em diálogo com a ciência moderna. Trata-se de um conhecimento que reflete posicionamento político na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais desafiando a “ciência a entender as imbricações das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas e não hierarquizá-las” (*idem*, p. 499). Nesta perspectiva, a produção acadêmica dos NEABs questiona a “visão de conhecimento científico desconectada da realidade social e política do país e das demandas colocadas pelos movimentos sociais e diferentes setores da sociedade”, segundo Gomes (2010, p. 499-502).

Através desse conhecimento produzido nas universidades, os intelectuais negros tem dois grandes desafios, de acordo com essa mesma autora (2010, p. 495). O primeiro é abrir o olhar da ciência e de grupos que ocupam espaço de poder e decisão no campo da pesquisa científica para que enxerguem a realidade social para além do socioeconômico e compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais. O segundo desafio é fazer entender que não há como hierarquizar desigualdades, o que significa afirmar que toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada.

Seguindo este raciocínio, Gomes chama atenção para o papel dos(as) intelectuais negros(as) nas universidades que é, em primeiro lugar, questionar a ciência e a universidade, por dentro e por fora, indagando a produção do conhecimento acadêmico

e o lugar ocupado pelo “outro”, pelo diferente e pelas diferenças nessa produção, em segundo lugar, questionar a relação entre a universidade, a ciência, a produção, o reconhecimento e a distribuição desigual do conhecimento na universidade. Assim, a autora acredita na capacidade desses intelectuais em redefinir a própria ciência e a universidade na perspectiva da democratização de ambas e da sociedade na perspectiva de “uma democracia que não se perca na construção de uma cidadania abstrata, mas, sim, na efetivação da igualdade de direitos e, dentre estes, o direito à diferença” (2010, p. 495-6).

Essa análise de Gomes sobre o lugar e o papel dessa intelectualidade negra nas universidades brasileiras tem como ponto de interlocução e diálogo, segundo a autora, as reflexões sobre a pluralidade interna e externa da ciência, a superação da monocultura do saber e a construção de uma ecologia dos saberes, proposta acadêmica desenvolvida pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos nos últimos anos. A ecologia dos saberes é definida por este autor como um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para creditá-las e fortalecê-las. Este conceito se assenta em dois pressupostos, a saber: o primeiro é que não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras e, o segundo é que a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstratos, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais (Santos, 2006, p. 154).

A ecologia dos saberes preconizada por Santos pode ajudar a compreender a produção, a história, as tensões e os desafios vividos pela intelectualidade negra brasileira destacando o caráter inovador, contestador e a radicalidade política do conhecimento e das práticas por ela conduzidos, ainda mais quando consideramos que esse processo ocorre num contexto de luta contra uma monocultura do saber, não apenas no campo teórico, mas na prática constante dos processos de investigação, como afirma Gomes (2010). A autora indica que o campo da educação é onde a produção acadêmica desses intelectuais está mais visível.

Outra questão que se coloca diz respeito a produção do racismo no próprio meio acadêmico. Além de minoritários e uma produção acadêmica restrita às áreas das ciências humanas, em particular as ciências sociais, esse grupo de intelectuais tem que fazer um esforço enorme para mostrar sua competência dentro do mérito acadêmico solicitado pelas universidades. A academia não é apenas o lugar da produção do conhecimento hegemônico, mas também de produção e hierarquização de diferenças

com base no mérito acadêmico. O intelectual negro ainda vive em um confinamento fruto de um racismo acadêmico existente nas universidades brasileiras, como bem denuncia Carvalho (2006). Para este autor

a segregação racial no meio universitário jamais foi imposta no Brasil legalmente, mas sua prática concreta tem sido a realidade do nosso mundo acadêmico, através de mecanismos que esse próprio mundo acadêmico tem feito muito pouco por analisar e nem tem mostrado interesse, até recentemente, em desativá-los. Fica ainda por compreender qual tem sido a participação do mundo acadêmico na formulação e na implementação prática desses mecanismos institucionalizados de segregação. Dito em outros termos, esse tipo de segregação é apenas reproduzido ou é também produzido no nosso meio acadêmico? (CARVALHO 2006, p. 92b)

O autor verifica empiricamente essa segregação racial quando realiza um censo racial informal e constata aquilo que é bastante visível: a inexistência ou pouca presença de negros no meio acadêmico (departamentos, cargos de coordenação e de direção, reitores...). Constata uma realidade que é fundante, crônica e pactuada do mundo acadêmico brasileiro e que precisa ser superada. A questão central interessa ser explorada é

[...] o significado dos discursos sobre as relações raciais produzidos nesse universo confinado – nossos cientistas sociais certamente expressaram sua rejeição em face do racismo que estudaram na nossa “sociedade”, mas não rejeitaram ou questionaram o ambiente racista no qual viveram, pesquisaram e legitimaram como espaço de excelência e mérito (*idem*, p. 97).

Mesmo assim, Carvalho acredita numa renovação teórica e formulação de propostas de inclusão étnico-racial favorecida pela crise de representação que estamos vivemos. Mas para isso, temos que admitir que a academia brasileira contribuiu para a produção e a reprodução do nosso quadro de desigualdade étnica e racial que não melhorou, apesar dos investimentos maciços do Estado no ensino superior ao longo de toda a segunda metade do século passado (p.102).

INTELECTUALIDADE NEGRA E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

A educação é o campo onde a intelectualidade negra é mais visível com uma produção ascendente nos últimos anos. Não existe ainda um balanço sobre essa intelectualidade e o impacto de sua produção no campo científico no ensino superior brasileiro. Alguns estudos pretenderam analisar a produção acadêmica sobre a temática

negro e educação a partir das produções dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, como o estudo realizado por Ribeiro (2005)³ que analisou 101 pesquisas, entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre docência, produzidas no período de 1970 até o primeiro semestre de 2004 pelos Programas de Pós-graduação *Strictu Senso* no Brasil.

Com o propósito de conhecer a proposta educacional e pedagógica dos(as) pesquisadores(as) que trabalham com a temática negro e educação, Ribeiro (2005) traçou o perfil geral dos pesquisadores e das pesquisas produzidas destacando inicialmente que as mulheres foram responsáveis por maior parte da produção analisada (77%). Sob a perspectiva racial (auto-declaração) a pesquisa de Ribeiro revela que 31,5% dos pesquisadores se declararam negros, 5,4% se declararam mestiços, 2,1% afrodescendentes e 2,1% brancos, mas 59% dos pesquisadores não mencionaram sua classificação racial. Considerando as dificuldades que o(a) negro(a) enfrenta para chegar a uma pós-graduação, a autora conclui que há uma preocupação com a situação do negro(as) brasileiro(a) por parte daqueles que conseguem ingressar e produzir conhecimento sobre os próprios negros(as). Suspeita que o número de negros e/ou afrodescendentes é muito mais expressivo do que o apresentado na pesquisa (33,6%), “porém a coerção de esquemas teóricos que buscam assumir uma posição de neutralidade, um não envolvimento talvez intimide estes pesquisadores de se identificarem...” (p. 159).

Buscando captar as motivações das auto-declarações dos autores, a pesquisa de Ribeiro apresenta as respostas dos pesquisadores entrevistados, sintetizadas a seguir (p. 159-168):

- (a) os que se declararam brancos: argumentaram que a situação a que os negros brasileiros estão sujeitos não pode ser visualizada como um “problema de negro”, mas como um problema nacional que deve ser estudado e equacionado por todos;
- (b) os que se declaram mestiços e afro-descendentes: consideraram que os traços que sinalizam a ascendência africana os fizeram perceber e vivenciar situações de discriminação as quais os conduziram a refletir e construir conhecimento sobre o negro em suas pesquisas;

³ Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos – UFScar com o título **Pesquisas sobre negro e educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**, em 2005, em particular o Capítulo V (pp. 157- 203).

- (c) os que se declaram negros: associaram essa declaração a diversos elementos. A autora menciona (1) aqueles que afirmaram que ser negro, de alguma forma, interfere no processo de investigação, em especial, por facilitar e motivar as pesquisas; (2) aqueles que ressaltaram o fato de que ser negro ajudou a compreender melhor a ambigüidade das relações raciais brasileiras; (3) aqueles que afirmaram que nem sempre souberam sua condição de negro e que a descobriram no decorrer da vida; (4) aqueles que sempre souberam da sua condição.

Além do grupo racial e motivações da auto-declaração dos entrevistados, o perfil geral das pesquisas sobre o negro e educação, apresentou os resultados a seguir (p.169-197):

- (a) a maioria das pesquisas é produzida em universidades públicas (88%), destas a USP detém o maior número de trabalhos (18,8%), seguida pela UFMG (10,8%), UFRGS (9%) e UFBA (9,9%);
- (b) a maioria das pesquisas é produzida na região Sudeste (61%), seguida pelas regiões Sul (18%) e Nordeste (17%). As regiões Centro Oeste e Norte estão praticamente descobertas;
- (c) maior concentração das pesquisas em nível de mestrado (80%), algumas em nível de doutorado (17%) e quase nada em nível de livre docência (1%);
- (d) 48,5% dos entrevistados não mencionaram se houve órgão financiador. Dos que mencionaram, destaca-se o financiamento pelo CAPES (17,8%);
- (e) as ciências humanas (grande área de conhecimento) concentram a quase totalidade das pesquisas (97%), com destaques para as áreas de educação (75,2%) seguida pela sociologia (5,9%), antropologia (3,9), psicologia (3,9%) e história (3,9%);
- (f) há uma tendência de crescimento considerado as décadas, sendo que de 2000 à 2004 foram concluídos 37,6% dos trabalhos analisados;
- (g) as pesquisas confirmam que, no Brasil, o preconceito e a discriminação são institucionalizados, visto que mostram os prejuízos que a população negra encontra em todos os aspectos e níveis dentro do sistema de ensino;
- (h) as pesquisas mostram que estão sensíveis às várias possibilidades de se identificar o negro neste país (concepção de negro). Há, portanto, autores que (1) salientam que a identificação do negro passa pela sua localização na

estrutura social, (2) outros recorrem à classificação oficial oferecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (3) outros recorrem à concepção de identidade étnica, (4) além dos que utilizam a autoclassificação e a descendência. Vale ressaltar que mesmo com as várias possibilidades para se identificar o negro ou seus descendentes, *todos os pesquisadores conseguem perceber os prejuízos, preconceitos e discriminações a que esta população está sujeita.*

Ribeiro (2005) ainda acrescenta em sua análise que em se tratando de relações raciais, existe uma preocupação por parte dos pesquisadores entrevistados em mostrar que de nenhuma forma o Brasil é um país de relações raciais harmoniosas, sendo que alguns chegam a expressar a intencionalidade de se empregar essa singularidade como mecanismo para estigmatizar a população negra e/ou para mascarar as desigualdades raciais no país. Além disso, também mostram quais as relações raciais, no Brasil, são assimétricas e, para comprovar essa situação afirmam que as relações raciais penalizam os negros seja por inferiorizá-los como grupos, por desvalorizar a sua cultura ou por mantê-los nos estatutos inferiores da hierarquia social.

Considerando tanto as críticas como as sugestões que os entrevistados fizeram à educação, Ribeiro conclui afirmando que esses pesquisadores possuem uma concepção de educação que transcende a simples escolarização e perseguem, entre outras, o objetivo de educar para a vida, tendo como pressuposto o respeito pelas particularidades étnico-culturais dos diferentes grupos que vivem no Brasil. Porém, a maioria dos trabalhos analisados pondera sobre a possibilidade de modificar a situação do negro com base na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi aqui abordado, a questão étnico-racial tem encontrado maior espaço na produção científica brasileira principalmente nas ciências humanas e na área da educação. A emergência de uma intelectualidade negra com a formação de pesquisadores(as) negros(as) engajados tem contribuído para uma nova visão das relações raciais no Brasil, por meio da literatura, da produção acadêmica, de artigos na imprensa, de letras de música e de boletins dirigidos à militância. Concentrada nas ciências humanas, esses intelectuais têm tido uma participação importante, ajudando na

construção de um novo pensamento social e atuando em espaços para o debate sobre o racismo.

Os avanços no campo da educação nesse sentido são visíveis e consagrados na esfera institucional por meio de documentos oficiais que determinam e orientam as bases para uma educação das relações étnico-raciais (ERE), tais como:

- (a) Lei 10.639/2003, ampliada pela Lei 11.645/2008, que atualiza as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 incluindo na educação básica (pública e privada) o ensino das Histórias da África, das Culturas Afrobrasileira e Indígenas;
- (b) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004) que consistem num conjunto de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, conforme projetos empenhados na valorização das histórias e culturas dos povos africanos, afrobrasileiros e indígenas, comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas;
- (c) Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, criado em 2009, visa a maximizar a atuação dos diferentes atores envolvidos com a questão, cujo objetivo central é colaborar para que todo sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária.

Apesar dos avanços alcançados, a questão que se coloca é se as mudanças ocorridas no meio acadêmico brasileiro com a inserção de diferentes grupos étnicos, em particular a formação de uma intelectualidade negra é suficiente para realizar alterações profundas na estrutura de dominação racial que ainda persiste no país e destruir as bases do conhecimento hegemônico das ciências eurocentradas em que o meio acadêmico é a maior expressão e centro de difusão.

Ainda carecemos de uma discussão mais aprofundada sobre as possibilidades da construção de um conhecimento contra-hegônico por parte da intelectualidade negra

no campo da educação, dentro ou fora das universidades. O fato de existir pesquisadores(as) negros(as) nas universidades é necessário, mas não garante uma produção de conhecimento contra-hegemônico na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais.

Cabe notar que as universidades é o lugar da produção e difusão do conhecimento científico hegemônico onde o racismo em sua dimensão ideológica é disseminado por todo mundo. Aliás, como nos lembra Wallerstein (2004:262), “o racismo está disseminado por todo o sistema-mundo” e “nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais”. Porém, ele não é igual em toda situação e precisa ser contextualizado sócio-historicamente. O que queremos dizer é que a luta política contra o racismo é histórica e ideológica e isso impõe a necessidade de conhecê-lo enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra um sistema social, de forma poder desagregá-lo, combatê-lo e construir um novo sistema social que dê conta da pluralidade e da multiculturalidade da sociedade brasileira.

Nesta direção, Hall (2003) nos aponta a importância de se utilizar na análise do racismo e de outros fenômenos sociais relacionados num contexto de transformação social alguns conceitos-chaves da perspectiva teórica do militante italiano Antonio Gramsci (1891-1937), considerando a necessidade de se operar num nível mais concreto as análises das formas históricas dos racismos na sociedade capitalista contemporânea, ainda mais quando se considera que a luta política está em toda a sociedade, em todos os espaços de poder disponíveis. Nesta perspectiva, o meio acadêmico e o conhecimento cientificamente produzido e disseminado por toda sociedade é um espaço de uma luta pela hegemonia, isto é, pela direção ideológica e cultural do sistema social. É neste campo de luta que se encontram os intelectuais negros, independente da área de conhecimento onde estão localizados.

Por ter características gerais, a discussão do racismo enquanto ideologia deve considerar as formas pelas quais essas características gerais são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e ambientes nos quais se tornam ativas, como o contexto brasileiro. Associar a luta ideológica contra o racismo a um projeto de transformação da sociedade brasileira parece ser fundamental para uma melhor compreensão sobre o papel e a função da intelectualidade negra. Portanto, cabe indagar se produção científica da intelectualidade negra nas universidades brasileiras

inspiram ou são inspiradas por algum projeto de transformação do país? Caso afirmativo, qual o projeto?

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial no mundo acadêmico. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, dez/jan/fev, 2005-2006, p. 88-103.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo Cortez, 2010, p. 492-516.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In _____ . *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação UNESCO no Brasil, 2003, p. 294-334.

RIBEIRO, Cristiane Maria. Pesquisas sobre negro e educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2005. 247p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004